

## **Síntesis de las implicancias políticas de los resultados de su investigación (Policy Brief)**

Na presente pesquisa investigamos o interesse de grandes empresas, cujas atividades produtivas dependem fortemente dos recursos dos territórios (tais como as mineradoras, petroleiras e de geração de energia), na contratação de consultorias e profissionais especializados no desenvolvimento de metodologias de relacionamento com comunidades, resolução de conflitos e implantação de projetos nomeados de “Responsabilidade Social”. Esta procura manifestou-se mais intensamente a partir do contraste entre as críticas às práticas empresariais destes segmentos produtivos, tidas como portadoras de impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre as condições de existência de comunidades tradicionais, e o crescente recurso empresarial ao discurso da responsabilidade ambiental e social. Diversos documentos e publicações empresariais expressam a preocupação com as repercussões de tais conflitos sobre a imagem e a rentabilidade da empresa. Na gramática empresarial, os conflitos estão sendo nomeados de ‘riscos sociais’ e uma das principais estratégias mobilizadas pelas empresas para gerir tais riscos são os projetos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). As iniciativas de RSC teriam como objetivo fazer cessar ou prevenir conflitos ao permitirem uma aproximação com as comunidades através de ações filantrópicas e outros tipos de projetos sociais. As modificações nas formas de relacionamento entre empresa e comunidade - é o que parecem supor os agentes empresariais - poderiam atuar no sentido de neutralizar a crítica social, estabilizar socialmente o terreno em que atuam e garantir o que, no léxico corporativo, denomina-se “licença social para operar”. Ante este quadro, vemos a procura crescente por parte destes setores empresariais por profissionais das ciências sociais para atuar na elaboração de estudos sobre a sociedade local e no desenvolvimento de programas “sociais”. Por vezes, estes profissionais são contratados diretamente pelas empresas ou pelas fundações criadas pelas mesmas; em outras ocasiões o são por empresas de consultoria que vão oferecer este tipo de serviço às corporações interessadas. Esta contratação estaria relacionada a uma determinada expertise relacionada ao mundo social. Mais do que outros, porque dotados de um saber sobre as organizações e dinâmicas sociais, os cientistas sociais poderiam ser capazes de mediar conflitos e potencializar a obtenção de consensos nas populações.

Para compreender o sentido social destas práticas empresariais foi necessário perscrutar quais são os atores sociais que os contratam, quais as práticas e habilidades requeridas a esses profissionais (e aquelas ofertadas por eles), quais os saberes do campo da ciência social mobilizados, as avaliações sobre as condições de trabalho que encontram nesses espaços e o conteúdo das relações com as comunidades impactadas pelos projetos empresariais para os quais trabalham. Para tal, realizamos 17 entrevistas com cientistas sociais que trabalham para consultorias e em grandes empresas. A seleção de pessoas a serem entrevistadas teve como critério a formação acadêmica em Ciências Sociais (seja na graduação ou pós-graduação stricto-senso na área) e em áreas das ciências humanas (geografia e economia) que trabalham em empresas no perfil descrito acima ou em consultorias que prestam serviço a tais empresas. Para verificar a demanda por estes profissionais nas empresas em questão utilizamos como fonte uma base de busca de empregos relacionados ao meio rural através da qual analisamos as vagas de trabalho disponíveis entre 2009 e maio de 2013 que mencionavam a formação superior em ciências sociais como um dos requisitos para o preenchimento da vaga.

Identificamos que, em muitas ocasiões, a consultoria é aquela que primeiro chega ao território, é ela – e não o Estado - quem leva as primeiras informações sobre os projetos

econômicos. Alijadas do processo de planejamento dos territórios em que vivem, as populações são apenas informadas sobre os danos que tais empreendimentos, causarão aos seus modos de vida. A consultoria é quem definirá as áreas de estudo, as populações que deverão ser “ouvidas”, o formato dos programas de compensação e a quem eles serão destinados. A explicação sobre a dinâmica do licenciamento e os papéis desempenhados pelas instituições públicas, as informações sobre os direitos que a população que será “impactada” possui e o que podem fazer para que estes direitos sejam respeitados são tarefas que os consultores entrevistados comumente desempenham. Neste estado de coisas, alguns dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais, assaz ameaçados pelo avanço das atividades industriais em seus territórios, tal como a informação sobre as alterações que acontecerão no território em que vivem, depende, em parte, do trabalho daqueles que são financiados pelas mesmas empresas que pressionam estes direitos. O acesso a este direito transforma-se em um serviço que é oferecido no mercado, sujeito a variação de preços, rompimento de contratos, pressões para o cumprimento de prazos e autocensura nos estudos para manter a imagem e a competitividade da consultoria.

- **Implicancias políticas específicas**

Estamos em período histórico no qual os países da América Latina, inclusive aqueles governados por forças oriundas de movimento populares, têm privilegiado modelos de desenvolvimento que têm por base a exploração dos recursos de seus territórios para a produção de commodities a serem exportadas para os mercados internacionais. Multiplicam-se as licenças ambientais para a implantação de empreendimentos que monopolizam os bens de uso comum e inviabilizam a reprodução social de muitos povos e comunidades tradicionais. O imperativo do desenvolvimento tem por corolário a rapidez, precariedade e discricionariedade das avaliações ambientais. Conforme observamos a partir das entrevistas realizadas, a dependência econômica entre os consultores que realizam os estudos e o empreendedor, que os financia, torna difícil a elaboração de análises críticas ao empreendimento.

Para reorientar este processo e garantir um quadro de justiça ambiental<sup>1</sup> acreditamos que a avaliação ambiental para implantação dos grandes projetos, para ser efetiva, deve ser independente dos agentes econômicos interessados na sua aprovação. Além disso, para uma real democratização dos processos decisórios relativos as modificações no território, a sociedade deverá participar não apenas das etapas relativas a mitigação e compensação dos impactos, mas do planejamento das políticas econômicas voltadas para o planejamento regional<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A categoria justiça ambiental designa: “um conjunto de práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito”. E “favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso”. (Acsegrad, 2004, p.13-20)

<sup>2</sup> Ver: FASE e ETTERN-UFRJ. Relatório-Síntese do Projeto de Equidade Ambiental, 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/ongfase/docs/rs-equidade/7>>.

No que se refere aos projetos sociais empresariais no âmbito das iniciativas de responsabilidade empresarial observamos que enquanto não houver a garantia dos direitos sociais, povos e comunidades tradicionais continuarão dependentes dos programas empresariais voluntaristas, discricionários e, principalmente, elaborados – em muitos casos- com a finalidade de neutralizar as críticas sociais às suas práticas.

- **Implicancias políticas generales**

Semelhante à análise de Ferguson (1994) no Lesoto, a respeito dos projetos de desenvolvimento que entendiam a pobreza como uma questão técnica e não política, ao tratar os conflitos ambientais como resultantes de um problema que pode ser minimizado, ou mesmo resolvido, por um conjunto de técnicas e programas padronizados, o uso das ciências sociais na implantação de grandes projetos colaboram para o funcionamento desta “máquina anti-política”, que pretende substituir por medidas técnicas e produtivas os juízos políticos dos sujeitos sociais.

A ciência social é vista, nestes espaços, enquanto uma tecnologia, que ora avalia os impactos que irão causar os grandes projetos e ora é chamada a gerenciar os conflitos resultantes desses impactos. Configura-se um processo pelo qual a ciência social é compreendida como elemento integrante da cadeia produtiva de valor nessas empresas ao tentar a estabilização política do território em que a empresa está situada. Nesta configuração social, a garantia dos direitos é contabilizada como custo, a possível conquista de direitos, antes negados, é calculada como risco e a consideração ou a tentativa de negociação desses direitos, é convertida em prestação de serviço. Acreditamos que esta espécie de instrumentalização empresarial da ciência social pode ter importantes repercussões na construção de um conhecimento crítico. Através de uma reflexividade sobre essas práticas, ainda obscurecidas na discussão intelectual, recolocamos algumas perguntas fundamentais: À quem serve a sociologia? À quem serve essa ou aquela sociologia? Ou principalmente, a quem ela não deve servir? (LAHIRE, 2002).

Raquel Giffoni Pinto. Estudante de doutorado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ e formada em Ciências Sociais também na UFRJ. Email: raquelgiffoni@gmail.com